



Síntese da fase diocesana do Processo Sinodal

Damos graças a Deus por este momento sinodal que a Igreja Católica está a viver. É verdade que, como Igreja, sempre “caminhámos em conjunto”, mas esta experiência e vivência sinodal revela outro rosto da Igreja, com o desejo de começar a concretizar o “apostolado do ouvido” (Papa Francisco). A experiência iniciada com este Sínodo é apontada por muitos como um momento muito positivo e, em alguns casos, promotor de mudança e criação de pontes de diálogo entre diferentes comunidades e pessoas.

1. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

1.1. A Arquidiocese de Braga iniciou o **processo sinodal** convidando todo o povo de Deus a participar em dois momentos formativos, com o objetivo de, por um lado, motivar à participação no sínodo, e por outro, ajudar a esclarecer algumas questões relativas ao tema e à metodologia que viria a ser adotada. Previamente havia sido constituída uma equipa composta por nove pessoas, um padre, uma religiosa e sete leigos, cuja tarefa era facilitar e colaborar para que todo este processo sinodal decorresse da melhor forma.

Por uma questão de fidelidade ao esquema proposto no documento preparatório, a equipa optou por manter as três temáticas (Comunhão, Participação e Missão), bem como as questões apresentadas, sem qualquer alteração, de forma a não destacar ou relegar nenhum tema ou questão. No entanto, foi sublinhada a liberdade dada às comunidades e aos grupos sinodais de poder adaptá-las ao seu contexto.

No que respeita aos materiais disponibilizados, foi criado um site com toda a informação relativa ao Sínodo de forma a favorecer a compreensão e acessibilidade. Como proposta de introdução e preparação, elaborámos dois esquemas de reflexão comunitária para apresentar o processo sinodal, salientando a vertente espiritual deste caminho e alertando para as atitudes exigidas aos participantes e as armadilhas a evitar. Como sugestão foram construídos três esquemas de encontro, um referente a cada uma das temáticas, anteriormente referidas, bem como facultados cinco esquemas de oração, vincando-se a importância da oração comunitária e da escuta do Espírito Santo nesta caminhada sinodal. Foi, igualmente, pedido a cada comunidade que indicasse um moderador paroquial que ajudasse a operacionalizar a dinâmica dos encontros, bem como se responsabilizasse



por sintetizar o diálogo e reflexão realizada nos diferentes grupos, submetendo-a online, num formulário próprio, utilizando, no máximo, trezentas palavras para cada uma das três temáticas. Foi também possibilitado o contributo individual, criando-se para o efeito, no referido site, essa modalidade.

1.2. Findada esta fase, que reconhecemos, foi pautada por alguma pressão em termos temporais e pelo facto de muitos grupos sinodais manifestarem dificuldade no entendimento das questões e também pela sua extensão em termos de número, foram submetidas **as sínteses**, cuja proveniência é maioritariamente das paróquias / unidades pastorais / arciprestados. Regista-se, contudo, também a participação de alguns dos movimentos / departamentos existentes na Arquidiocese, assim como da vida consagrada.

Em geral, as reflexões recebidas abrangeram uma ampla variedade de questões e problemáticas. Apesar de, em termos quantitativos, as respostas recebidas estarem longe de serem uma representação significativa da Arquidiocese, traduzem já a amplitude e a riqueza nela existentes. As sínteses manifestam a diversidade das realidades eclesiais que a constituem. Embora se possam reconhecer traços comuns em quase todas essas realidades, tanto nos aspetos positivos como nos negativos, são também evidentes os diferentes pontos de vista.

Esta diversidade de visões, mais do que ser identificada como um obstáculo no caminho, pode ser reconhecida como uma potencialidade e riqueza a explorar. Ainda que, nalgumas sínteses, seja referida a dificuldade de escuta e valorização de opiniões nas paróquias e nos grupos.

Parecem-nos escassos os contributos de pessoas fora de grupos eclesiais pré-existentes ou que não desempenham qualquer função específica na paróquia. É também notória a dificuldade em conseguirmos reflexões vindas das periferias/ minorias. As reflexões individuais foram também em número residual.

Percebemos que o conteúdo condensado nas sínteses não traduz integralmente, nem é delimitativo, de todo o processo sinodal que decorreu na paróquia ou no grupo. Esse é um sinal de grande alegria e consolação. O objetivo último desta fase diocesana, mais do que a preocupação com a elaboração de uma síntese, seria infundir nas comunidades e realidades eclesiais este espírito de sinodalidade, na esperança de que este se prolongue além do limite temporal estabelecido para este Sínodo. Algumas sínteses referem o desejo e a vontade dos encontros dos grupos de consulta sinodal se repetirem e multiplicarem, nos seus diversos contextos.

É também evidente, na maioria das reflexões recebidas, o papel e lugar que o Espírito Santo ocupou em todo o processo desenvolvido. Está explícito o amor que as pessoas sentem pela Igreja e a vontade de caminharem em conjunto, de desenvolverem um sentido de comunidade e de propósito comum. Reconhecem, por isso, com alguma dor e angústia, as dificuldades que as impedem de concretizar mais plenamente esse impulso do Espírito. De forma geral, parece-nos que as pessoas abraçaram com grande contentamento a oportunidade de falar sobre a fé e os desafios que a Igreja e a sociedade em geral enfrentam.



Constatamos, em verdade, que muitas das respostas transparecem mais aspetos negativos e críticas à Igreja do que propostas concretas de edificação. Está patente um certo grau de descontentamento e de urgência de mudança das estruturas e métodos eclesiais. As tristezas, angústias e desânimos dos participantes, caminham, no entanto, lado a lado com sinais de alegria por pertencerem a uma comunidade e por partilharem experiências e a sua história de fé. Este caminho aberto pelo Sínodo, bem como a ação e convite do Papa Francisco, são também vistos como sinais de Esperança para toda a Igreja.

2. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Para a elaboração deste ponto da síntese, foram consideradas as submissões individuais e as de todos os grupos de consulta sinodal. Um aspeto forte deste método sinodal é a valorização da escuta do povo de Deus. Conscientes da impossibilidade de expor cada tema nelas abordado de forma exaustiva, tentamos garantir ao máximo a fidelidade aos contributos recebidos, apresentando aqui uma compilação global dos mesmos.

2.1. Destacamos, como um dos âmbitos mais debatidos, as questões relativas à vivência comunitária, nomeadamente o exercício de governação. A **figura do pároco** é percecionada de formas distintas: uns fazem a experiência deste ser uma presença reconfortante e colaborativa, que assume um papel de liderança na medida em que desafia, motiva e orienta a comunidade; outros, vêem-no como alguém que transmite autoritarismo, sem capacidade de escuta, que não incentiva à participação e afasta as pessoas em vez de as aproximar; outros, ainda, como alguém que não tem tempo para se interessar pela vida dos seus paroquianos, devido ao número de paróquias que lhe estão atribuídas e pela excessiva variedade de tarefas que, na atual organização, tem de assumir. Há, também, os que sugerem a necessidade de uma reorganização pastoral das comunidades.

Em algumas realidades, ainda subsistem situações de clericalismo, de abusos de poder e de autoridade, estabelecendo-se uma distância significativa entre clero e leigos. Noutras, está patente um modelo pastoral e paroquial ainda muito dependente do pároco, afirmando-se a necessidade deste se centrar mais no acompanhamento espiritual e na dimensão da escuta, do que na administração patrimonial e financeira das paróquias e Centros Sociais Paroquiais. Considera-se, pois, que deve haver a coragem de delegar nos leigos esta mesma responsabilidade, aliando-se a isso a obrigação de uma maior transparência e clareza nessa gestão.

Nesta mesma linha, alude-se à pouca importância dada aos Conselhos Pastorais Paroquiais e aos Conselhos Económicos, sendo apontada a sua inexistência ou funcionamento deficitário e pouco participado.

Foram mencionadas as questões do celibato, ora questionando a possibilidade da sua revisão, tornando-se opcional ou sendo abolido, ora interpretando-o como um sinal de entrega.



Também se considera que a formação do clero, quer a inicial nos seminários, quer a que é oferecida ao longo do exercício do ministério sacerdotal, evidencia algumas lacunas, tanto na área da espiritualidade e da experiência de Deus, como nas relações humanas e desenvolvimento das capacidades comunicativas.

2.2. O papel dos leigos foi outro dos aspetos mais referidos. As sínteses identificam a formação e, especificamente, a formação de lideranças como algo absolutamente premente e essencial; para permitir, por um lado, levar as pessoas a assumirem a sua missão de cristãs e de batizadas, e, por outro, poderem exercer os ministérios a que possam ser chamadas, contribuindo, assim, para a partilha de tarefas, a renovação de rostos e, sobretudo, para a tão pretendida desclericalização, auxiliando os párocos nas funções de gestão e de coordenação. Pede-se uma Igreja participativa que dê aos fiéis a oportunidade de tomar parte na administração e na vida das paróquias, pois, existem muitos dons e talentos na nossa Igreja à espera de serem postos a render.

Salienta-se também que, uma grande parte da responsabilidade do funcionamento dos serviços das paróquias é atribuída aos leigos, mas, simultaneamente, muitos destes sentem-se pouco escutados em matéria de liderança e de tomada de decisões, considerando que o seu trabalho não é reconhecido nem valorizado. De facto, dizem sentir-se desgastados, cansados e desmotivados, na medida em que são “poucos a fazer muito”.

Neste mesmo ponto, levantou-se ainda a questão de nas paróquias, por vezes, se constituírem pequenos grupos fechados que chamam a si todas as tarefas e encargos e que não aceitam nem convidam outros para participarem de forma mais ativa no serviço pastoral, considerando-se, a si próprios, uma “igreja de elite”.

2.3. A escuta e a proximidade são mencionadas como algo essencial, mas em falta na vida comunitária. Com a identificação desta “falta”, quer-se dizer que não existe a cultura dos “leigos escutarem os leigos” e destes serem escutados pelos párocos, isto é, a predisposição para escutar o próximo, mesmo sem terem de se convocar reuniões ou assembleias. Algumas sínteses dão conta da existência de comunidades com estilos de comunicação autênticos e livres, onde todos podem manifestar-se e as decisões são tomadas após consulta dos grupos, proporcionando-se oportunidades para projetar e avaliar a ação pastoral em conjunto. Porém, na generalidade, as sínteses concordam em afirmar que os leigos não são valorizados e que o seu maior anseio é serem escutados pelo pároco.

2.4. No que se relaciona com o papel das mulheres na vida da Igreja, várias vezes, é referida a pouca relevância que estas têm nos diferentes órgãos e estruturas eclesiais de coordenação, gestão e decisão, quer a nível paroquial, quer a nível diocesano, bem como nos diferentes ministérios. Afirma-se, por isso, a necessidade de as valorizar mais, ouvindo os seus contributos e contando com a sua participação em todo o processo de ação pastoral. O diaconado feminino e a ordenação de mulheres são colocados como opções a serem discutidas com abertura.



2.5. Encontramos, nas sínteses, como temas mais sublinhados, a estrutura vertical da Igreja e o **processo de tomada de decisões**. O caminho proposto é pedir à Igreja que seja menos burocrática e mais espiritual, menos elitista e legalista e que manifeste, em ações concretas, uma atitude de acolhimento, serviço e autêntica comunhão. Reclama-se uma maior transparência e menos secretismo, por parte da hierarquia, na tomada de decisões e na forma como gere as questões administrativas, económicas, financeiras e morais. Pede-se, ainda, que o processo de escolha/ ordenação dos sacerdotes e bispos seja mais sinodal.

Apela-se à necessidade de se assumirem os erros cometidos, de forma a gerar mais confiança - por exemplo, no que diz respeito a casos de abuso sexual e espiritual -, e a responsabilização pelas mágoas e feridas causadas nas pessoas que se afastaram da Igreja.

2.6. Sente-se o desejo de uma **maior ligação e melhor comunicação com a Arquidiocese** e com outras paróquias, evitando comunidades fechadas e isoladas. Segundo o parecer expresso nas sínteses, almeja-se que tal contribua para uma maior coerência e harmonia na forma de atuar, dissipando a dualidade de critérios que, por vezes, se verifica em relação a determinados assuntos nas diferentes paróquias, nomeadamente, na celebração dos sacramentos.

Estando a maioria das sínteses mais focada na vida paroquial, pede-se, porém, atenção para não reduzir a vida da Igreja ao que se vive e ocorre nas paróquias. Movimentos, associações, institutos de vida consagrada e tantos outros carismas são igualmente parte essencial da vida eclesial. A vida consagrada deve ser valorizada por aquilo que é, como riqueza do Espírito na vida da Igreja, mais do que pelos serviços que presta.

2.7. Finalmente, no âmbito da vivência comunitária, concluímos que existe um entendimento muito relativo sobre o que significa **“caminhar juntos”**. Maioritariamente, reconhecem-se como companheiros de viagem aqueles que trabalham mais ativamente nas coordenações e movimentos paroquiais, no entanto, continua a ser evidente a falta de unidade, diálogo e mútua compreensão dentro e entre os vários grupos, bem como a dificuldade do trabalho colaborativo. Em alguns contextos, há facilidade de comunicação, todos se conhecem e respeitam, reconhecendo na Eucaristia e na Palavra momentos fecundos de orientação para a vida comunitária. Noutros contextos, as pessoas não se conhecem bem ou, então, as divergências são maiores, gerando, por vezes, comportamentos hipócritas, desleais e ciúmes que impedem a autêntica comunhão. Os ambientes dentro da Igreja nem sempre são saudáveis e fraternos. Assinala-se a necessidade de partilhar, viver e celebrar comunitariamente a vida, colocando em comum as alegrias e as tristezas de cada um. É fundamental criar relação humana no âmbito da vivência da fé, fomentando o sentido de pertença e estabelecendo momentos concretos para a oração, a partilha e o convívio nas comunidades.

2.8. No que concerne à ação pastoral, apontam-se os efeitos da pandemia, que, de uma forma geral, desmotivaram e acentuaram barreiras e dificuldades já existentes. Sente-se uma Igreja envelhecida, acomodada, fechada e voltada para si própria, que ainda valoriza muito o ritualismo e vive distante do mundo e da vida das pessoas. Reconhece-se que, no nosso contexto arquidiocesano, de forma generalizada, as igrejas estão cada vez mais vazias, há menos participação nos sacramentos, em particular por parte das crianças, dos jovens e das famílias. A **formação cristã** termina



habitualmente com o percurso de dez anos de catequese, que em vez de encaminhar para o discipulado autêntico, conduz para festas e momentos celebrativos pontuais. Após este percurso catequético de efeito duvidoso quanto à missão da Igreja, de anúncio e evangelização, não existem muitas ofertas e/ou acesso a formação e acompanhamento na fé para jovens e adultos. Logo, seria importante repensar as propostas catequéticas e os recursos humanos e materiais que canalizamos para isso. A formação teológica e bíblica é escassa.

2.9. É manifesta a urgência de trabalhar **com e para os jovens**: ser-se criativo na proposta de novos caminhos que vão ao encontro dos seus hábitos e gostos e que os desinstalem, para os ajudar a criar vínculos na comunidade e a corresponderem à missão que receberam no Batismo, mostrando-lhes que a sua presença é importante para a renovação da própria Igreja e que esta acolhe e tem a coragem de materializar os seus contributos.

2.10. Considera-se, igualmente, que a Igreja deveria dar mais atenção às **famílias** como “primeiras igrejas”, fomentando a consciência de que são Igreja doméstica, através da oração, da participação eucarística, da escuta da Palavra de Deus, da relação íntima com o Senhor e, também, através da vivência e animação da fraternidade. As famílias precisam de ser mais apoiadas na formação humana, afetiva e espiritual e acompanhadas nas diferentes fases, antes (namoro e noivado) e após o matrimónio (nascimento dos primeiros filhos, “fase do ninho vazio”, viuvez). Um dos pontos mais mencionados nos contributos recebidos é a necessidade da Igreja acolher, integrar e cuidar melhor das pessoas que viveram ou vivem situações de matrimónio ferido, de infidelidade, de divórcio e de novas uniões, de monoparentalidade, de relações poliamorosas e homoafetivas. Demasiadas vezes, o acolhimento e a escuta são condicionados pelo escrutínio à vida das pessoas, sendo o critério de ação o julgamento, a exclusão e a condenação, e não a caridade, o acompanhamento e o respeito pelos diferentes ritmos de caminhar.

2.11. Do ponto de vista celebrativo, as sínteses recebidas aludem a um cuidado maior com **a liturgia**. Pede-se que seja mais bem organizada e mais participada por toda a comunidade, referindo que as celebrações não têm uma linguagem apelativa, compreensível ou significativa para as crianças, jovens e pessoas portadoras de algum tipo de incapacidade psicossocial. Sugerem-se homilias mais conectadas com a realidade concreta das pessoas, com as suas dificuldades, angústias e sofrimentos do dia-a-dia.

Sente-se uma preocupação por fazer da celebração da Eucaristia um momento de comunidade, não uma celebração individualista. Anseia-se que a Eucaristia seja centro da vida e da fé da comunidade.

Expõe-se também o desejo de uma maior vivência e acompanhamento espiritual, propondo-se o estabelecimento ou alargamento de horários de atendimento pastoral, de acesso ao sacramento da Reconciliação e adoração ao Santíssimo e ainda a criação de equipas de acolhimento, acompanhamento e escuta nas comunidades.

Denuncia-se, por outro lado, a procura dos sacramentos como se de um “supermercado” se tratasse e apenas por tradição ou pelo aspeto social, sem que realmente se verifique envolvimento, maturidade ou caminho de fé percorrido.



A preocupação pelo cuidado com a vida espiritual, pelo crescimento como discípulos de Jesus Cristo, surge nas sínteses, associada ao desejo de ver acontecer tempos de oração, em pequenos grupos, para além da celebração da Eucaristia.

2.12. A questão do **acolhimento** e da relação da Igreja com as periferias é também mencionada. Neste aspeto é pedido à Igreja que possa ter “outros olhares” e que se abra “ao diferente, ao novo”, acolhendo, integrando e incluindo grupos que são sistematicamente excluídos ou marginalizados e com quem está em “dívida de escuta” - comunidade LGBTQIA+; minorias étnicas; pessoas portadoras de deficiência, com dependências, em situação de reclusão, de migração, de pobreza ou de doença – e, sem pudor, preconceitos ou receio, entre em diálogo sincero e fraterno sobre assuntos habitualmente encarados como tabu nos ambientes eclesiais.

2.13. Sublinha-se a importância da **dimensão sócio-caritativa**, de uma Igreja verdadeiramente ao serviço dos outros - “hospital de campanha” - capaz de mobilizar recursos em favor da justiça e da equidade social; proativa em relação aos problemas da atualidade (alterações climáticas, crise dos refugiados, conflitos armados); zelosa dos mais frágeis e idosos; atenta às questões do mundo do trabalho (precariedade laboral e baixos salários) e às dificuldades laborais e financeiras dos jovens e das famílias.

2.14. É apontada a necessidade de uma atualização da **linguagem** usada no contexto eclesial - tantas vezes demasiado complexa, incompreensível e desligada da vida concreta das pessoas -, de forma a aproximar-se mais dos diferentes grupos etários e da sociedade em geral, tornando-a mais clara e acessível a todos, adaptando-a, se necessário. A Igreja deve ter atenção ao modo como se comunica e dá razões da sua fé e esperança. São pedidas indicações mais claras e coerentes sobre as propostas morais e doutrinárias, tendo em atenção os discursos vazios, reticentes à novidade e à mudança. Os meios de comunicação social são vistos como ferramentas que poderão ajudar a difundir e encurtar as distâncias já expostas. Assim, cada vez mais a Igreja deve apostar nas novas tecnologias e nas redes sociais para conseguir chegar mais, e de uma melhor forma, junto das pessoas e das comunidades.

2.15. As reflexões apresentadas aludem à necessidade de um maior e mais orante diálogo ecuménico, no sentido de se criar uma verdadeira relação e unidade entre os cristãos e também com os não-crentes.

Uma Igreja “em saída” precisa de coragem para **ir ao encontro de outros mundos**, como a cultura, a universidade, a escola, o mundo do trabalho, as artes, a ciência, e de ser capaz de um diálogo verdadeiro e de autêntica escuta.

2.16. Por fim, conclui-se, das sínteses recebidas, a transversalidade da **dificuldade em alcançar as periferias** e de evangelizar quem está afastado e/ou indiferente à comunidade.

Reconhece-se que as grandes causas do afastamento da Igreja são a falta de propostas significativas e edificantes, de testemunho em relação à mensagem central de Cristo, de coerência de vida dos sacerdotes e leigos mais envolvidos na vida paroquial e, ainda, a tentação do escrutínio da vida



peçoal dos fiéis, numa lógica de condenação e julgamento e não de compaixão e de correção fraterna.

Algumas sínteses afirmam que as comunidades se dispõem a acolher, mas que nem sempre existe recetividade ou participação. Outras, por seu lado, registam e dão testemunho de vivências belas de ser e estar em Igreja e de experiências concretas de dialogar com quem vive à margem da comunidade: Curso Alpha; “Café com Pais”; “Noite da partilha” (encontros mensais com adultos); “Dia da Paróquia”; peregrinações; momentos lúdicos e de lazer; iniciativas várias que procuram colocar a caridade no centro da sua ação, como grupos de visita e acompanhamento a quem está mais isolado ou frágil e/ou que assistem materialmente as famílias da comunidade.

3. VISÃO ATUAL E PROPOSTAS DE MUDANÇA

3.1. Na tentativa de traçar a **visão atual** da nossa Arquidiocese quanto ao modo como vivemos nas nossas comunidades os três grandes pilares relativos a este processo sinodal, a Comunhão, a Participação e a Missão, apresentamos alguns pontos que refletem as diferentes perspetivas e vivências que nos chegaram nas sínteses recebidas.

3.1.1. A comunhão vivida e experimentada no seio das diferentes comunidades parece sentir-se a diferentes ritmos. Sentimos, por um lado, um “caminhar juntos” com significativos dinamismos de partilha, entre aqueles que integram os movimentos ou participam assiduamente na Eucaristia. Por outro lado, muitos permanecem ainda “à margem” e não integram este ‘abraço’ de comunhão. Em muitas realidades da nossa Arquidiocese, é manifesta a incapacidade de acolher, chamar e envolver outros que não participam ativamente na vida das comunidades paroquiais.

É igualmente perceptível a dificuldade em aceitar e conciliar a diversidade de situações, vivências e sensibilidades dentro dos contextos eclesiais, o que conduz muitas vezes a uma degradação das relações de convivência e partilha. O individualismo e a incapacidade de amar e perdoar os irmãos que integram a mesma comunidade resultam em ‘feridas permanentemente abertas’, que colocam em causa a vivência da fraternidade e da autêntica comunhão. Damos conta do caminho que falta percorrer para que as nossas comunidades sejam verdadeiras famílias de famílias, comunidades onde as pessoas se amam, cuidam e têm o desejo de alimentar relações de proximidade entre si, porque amam profundamente Jesus Cristo.

3.1.2. A participação na Eucaristia reflete também essa diferença de ritmos. Nem sempre é vivida como um momento verdadeiramente rico, de encontro, de preparação e fundamentação de toda a ação pastoral. Ainda há o risco de participarmos por mera rotina ou preceito, sem compromisso ou verdadeira envolvência da comunidade. O não regresso de muitos, depois da fase mais crítica da pandemia, assim como o desaparecimento de uma importante fatia da comunidade nos períodos de férias ou nas interrupções da atividade da catequese são a expressão disso mesmo.



3.1.3. Em muitas realidades eclesiais os leigos diretamente envolvidos sentem-se chamados a tomar parte ativa nas decisões relativas à vida da comunidade, o que é já um sinal de graça e um testemunho de sinodalidade. Não obstante, e apesar desse papel mais ativo e comprometido dos leigos, em muitas situações é necessário que essa participação evolua e amadureça, implicando, para isso, o empenho de todos, quer clérigos, quer leigos. Tal estilo de participação exigirá a atitude de constante abertura à voz do Espírito, caridade mútua, oração e a busca consciente de um discernimento espiritual e comunitário. Urge também a aposta na formação específica, capaz de proporcionar uma verdadeira participação, pois a forma como se tomam decisões poderá ainda ser um perigo que nos espreita.

Percebemos que nem todos têm igual oportunidade de ser **escutados**, assim como nem todos têm as mesmas possibilidades para **tomar da palavra**. O preconceito, a ‘preguiça’ de ouvir, os conflitos, a incapacidade de vivermos autenticamente a dimensão do perdão, o receio da má interpretação ou da não aceitação ainda nos impedem de acolher o outro na sua diferença, seja esta de que natureza for.

3.1.4. No que toca à **missão evangelizadora** da Igreja, muitos batizados não a vivem e abraçam de forma comprometida e séria; não parecem ter feito a experiência da adesão à pessoa de Jesus Cristo e, não se sentindo cativados, estão alheados dessa mesma missão.

Pomos em questão o modo como temos vindo a evangelizar; a forma como fazemos catequese, como chegamos às famílias, sobretudo às mais jovens; a forma como celebramos e acolhemos e o modo como a Igreja se faz ou não presente nos diferentes âmbitos sociais (mundo do trabalho, comunidades escolares, ação sócio-caritativa, autoridades civis, entre outros).

Na verdade, são várias as áreas que tendemos a negligenciar e que exigem urgente conversão, sobretudo as mais sensíveis e delicadas na vida de cada um, associadas aos momentos de dor e abandono (pobreza, desemprego, doença, luto).

3.2. Na sequência do ponto anterior, apresentamos agora as diversas **propostas de mudança**, isto é, as áreas em que a Igreja necessita de conversão.

3.2.1. A aposta na **formação** assume um caráter primordial e incontornável nos diferentes âmbitos de ação eclesial, de modo a que todos possam ter uma participação mais ativa, consciente e apaixonada na vida da Igreja. Importa, pois, fomentar o verdadeiro espírito evangélico, o imperativo de servir e ser testemunha comprometida de Jesus nos dias de hoje, quer na comunidade, quer nos diversos contextos onde cada um se move, vivendo como um verdadeiro discípulo missionário. Recordamos, a propósito, o legado de São Bartolomeu dos Mártires, que inspirado pela figura de João Baptista, que Jesus dizia ser uma “lâmpada ardente e luminosa” (Jo 5, 35), elegeu dois verbos para o seu lema episcopal: “Arder e Iluminar”.

Como tal, esta formação para agentes de pastoral deverá contemplar várias dimensões: a formação humana, espiritual, teológica, bíblica e pastoral. Destas destacamos, como fundamentais e incontornáveis, a formação humana e a formação espiritual.



A formação humana é a base de todo o entendimento de si e da relação com Deus, os demais e com o mundo e, por isso, é determinante para qualquer membro da comunidade humana e eclesial. Esta formação proporcionará a valorização de momentos de encontro, partilha e convívio. Estes momentos são fundamentais para que se criem laços afetivos e todos possam participar de modo mais autêntico e alegre na vida da comunidade.

A formação espiritual, encarnando uma atitude de confronto e de encontro com a Palavra, de contemplação da pessoa e da ação de Jesus, experiência, quer de acompanhamento personalizado, quer de vivência dos sacramentos, concretamente da Eucaristia e da Reconciliação, de momentos especiais de paragem e de alimento da intimidade com Jesus, como são os retiros e os Exercícios Espirituais, poderá alimentar uma atitude de contínua conversão e um amor vivo e apaixonado capaz de permitir “viver no mundo, sem ser do mundo para transformar o mundo”, contagiando outros com ardor missionário e gerando, por graça de Deus, novos discípulos.

3.2.2. Destaca-se a necessidade de combater o clericalismo no seio da Igreja, ainda presente na vida de muitas das nossas comunidades. A consciência de que somos todos, fiéis batizados, amados por Aquele que dá a Vida por nós, chamar-nos-á a viver ao Seu estilo, colocando-nos, na Igreja, ao serviço dos irmãos. Pastores, leigos e consagrados queremos servir, para que outros experimentem, como nós, este amor que nos inunda, transforma e rejuvenesce.

Na verdade, o pároco não deve rodear-se de leigos e contar com o seu trabalho na realização da vida da comunidade, porque precisa de ajuda e porque está mergulhado em trabalho, eventualmente presidindo a várias comunidades; isto é, os leigos devem ser envolvidos e comprometidos, porque só assim podem exercer a sua missão e vocação de batizados na vida da Igreja.

Logo, o exercício da autoridade do pastor implica contar com todos, partilhando decisões e ações. Importa ainda valorizar, como refere o Papa Francisco, o papel da mulher, dando mais importância ao seu serviço, não apenas na ação evangelizadora e litúrgica, mas também nos órgãos de gestão da mesma Igreja.

É, pois, com este olhar que o pároco deverá assumir a sua missão de verdadeiro pastor, no exercício competente da sua autoridade legítima (autoridade, que lhe vem da missão que lhe foi confiada e que é totalmente distinta de autoritarismo). A sua missão pastoral, alicerçada na caridade, no amor pela Verdade e na atenta confiança aos seus irmãos, potenciará a **participação** e a **corresponsabilidade** de todos na missão.

3.2.3. É notório, e enche-nos de alegria, verificar que existem, em muitas das nossas comunidades, várias possibilidades e espaços de diálogo, nomeadamente no contexto dos diferentes movimentos pastorais. Aferimos, porém, que muitas vezes, por exemplo, no âmbito do Conselho Pastoral Paroquial, não se supera o cumprimento formal de uma exigência não assumida com integridade. Perante isso, há que afirmar, são importantes a abertura a diferentes posições e o respeito pelo outro como concretização de um verdadeiro exercício de escuta; o mais determinante, imitar a pedagogia do próprio Jesus, isto é, estar em íntima relação com o Pai, estar com os discípulos, escutá-los ativamente, percebendo-lhes o sentir e o viver para, assim, os poder fecundar com a presença da



Palavra transformante, contagiando-os com o desejo de ir mais longe. Importa, pois, **reavivar o Conselho Pastoral Paroquial e o Conselho Económico**, ajudando a que não resumam a sua atividade ao agendamento / partilha de atividades, mas sejam um verdadeiro rosto da sinodalidade na comunidade.

3.2.4. Se alguns setores da Igreja atual parecem refletir muito da sociedade hodierna em que vivemos, numa cultura da indiferença e do egoísmo, de “cada um por si”, por sua vez, a Igreja que “bebe do Evangelho”, que “vive aos pés do Mestre”, quer servir e amar a todos, mas primeiro aos mais frágeis e esquecidos, assumindo-se como uma Igreja “hospital de campanha”.

Deste modo, vem para o centro da nossa atenção a necessidade de uma “**pastoral do encontro**”, impondo-se a urgência de edificar uma Igreja “em saída”, abrindo, sem medo, o âmbito da nossa ação eclesial, tendo tempo “para perder” com o outro, acolhendo e acompanhando, estando diligentes e abertos aos novos desafios que as necessidades dos irmãos nos chamam a responder.

Importa, por isso, estar atentos às dificuldades vividas pelas famílias da comunidade, criando-se grupos de visita e de acompanhamento, que decorrem da preocupação em “estar com” e escutar mais os nossos idosos e doentes; apoiando, de forma mais concreta, situações relacionadas com o nascimento e a educação dos filhos, a precariedade no trabalho, o desemprego e as dificuldades financeiras, assim como as separações, os divórcios e os lutos, sem esquecer os refugiados e os migrantes.

3.2.5. A Igreja deve ter particular cuidado com a **linguagem** que adota, tornando-a mais clara e acessível para todos, assumindo **novas dinâmicas de comunicação**.

Este cuidado deve ser transversal a toda comunicação da e na Igreja, seja ela nos documentos do magistério, notas pastorais, homilias, discursos, comunicados de imprensa, publicações nas redes sociais. O Papa Francisco é um excelente exemplo no modo como a Igreja pode e deve comunicar. Uma linguagem simples, próxima e acessível a todos, com expressões idiomáticas, que expressam o pensamento e a piedade popular, pontuando os seus discursos e catequeses com histórias pessoais, onde a palavra pregada é verdadeiramente vivida, dando assim espaço à dimensão narrativa e testemunhal da fé. Na verdade, como afirma um célebre dito talmúdico: “O que sai do coração entra no coração”.

A missão da Igreja conhece hoje um novo Continente, o Continente Digital. Os “nativos digitais”, ou seja, aqueles que já nasceram e cresceram com as tecnologias digitais, cujo modo de comunicar e relacionar-se está existencialmente moldado pelo uso das novas tecnologias e em particular das redes sociais, demandam da Igreja uma missão digital. Ser “missionário digital” implica ir, sem medo, tal como os primeiros missionários, ao encontro destas novas culturas, com linguagem, necessidades e interesses próprios. É por isso necessária uma presença nas redes sociais com conteúdos adequados, adaptando a linguagem, numa atitude humilde de escuta e diálogo. A palavra-chave para a comunicação da Igreja hoje é “relação”. O velho modelo de discurso unidirecional não é colhido positivamente pelos “nativos digitais”. É necessário dialogar, interagir, perguntar e responder,



despoletar processos de aprofundamento de questões e acompanhar pacientemente diferentes ritmos, tempos e percursos de maturação humana.

Neste sentido, sugere-se, em primeiro lugar, que a nível paroquial e arciprestal, se criem equipas de comunicação, e, onde já houver, se valorizem as mesmas. Os boletins paroquiais, existentes em praticamente todas as paróquias, podem e devem coexistir digitalmente com as “newsletters”, ou seja, boletins informativos digitais que permitem a disponibilização de mais conteúdos, informação adequada a diferentes públicos, e não estão dependentes da lógica dominical, pois há e haverá sempre informação que não se compadece com os ritmos semanais. A presença nas redes sociais deve ser entendida como missão e espaço de evangelização, onde o Evangelho é uma boa notícia que fala às pessoas de felicidade, porque fala de um encontro que transforma a vida, que é o encontro com Jesus.

3.2.6. Terminada esta etapa do processo de escuta, importa ajudar as nossas comunidades a **manter o ritmo e o método sinodal**. Esta foi, no tempo que nos é dado viver, uma primeira experiência que precisa de deixar marcas fundantes, devendo ser alargada quer no tempo, quer nas pessoas a quem toca, procurando, assim, envolver muitos outros que ainda não se sentiram ou não foram chamados. A sinodalidade, condição para que a Igreja seja fiel à sua essência e ao mandato de Cristo, não pode ser prisioneira de um determinado período temporal, nem estar “fechada” às pessoas por quem Jesus Cristo dá a sua Vida.

Por isso, a experiência dos grupos sinodais, com o método das rondas, onde todos são desafiados à escuta do Espírito Santo e dos demais irmãos, bem como a deixar a sua partilha e participação ativa, deve ser estratégia e instrumento a preservar e potenciar para além deste processo sinodal em curso. A criação de pequenos grupos, isto é, de pequenas comunidades de fé, num ambiente afetuoso e próximo, para a escuta e partilha da Palavra de Deus, será promotora de verdadeiro encontro com o Senhor Jesus. Também a experiência das assembleias diocesanas nos pode trazer a consciência e a prática de um ser Igreja, para além dos limites da comunidade paroquial.